
UM OLHAR SOBRE A CIDADE: A CIDADE ESCRAVISTA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Eleonora Félix da Silva
eleonora.felix@hotmail.com

Os estudos sobre cidade vêm sendo feitos sob diversos olhares, tais como cidade do progresso, cidade do capital, cidade dos conflitos sociais, cidade do espetáculo, cidade disciplinar ou cidade de tensões, conflitos e resistências. É o que podemos compreender ao ler o livro “Territórios de confronto: Campina Grande, 1920-1945”, de autoria de Fábio Gutemberg R. B. de Sousa, no qual ele afirma que “os escritos sobre a cidade tem mudado com o tempo denunciando olhares bastante diversos”. O livro é um olhar sobre a cidade de Campina Grande-PB, tendo como questão central a análise das tensões e múltiplas formas dos moradores viverem naquela cidade durante as décadas de 1920-1945. O autor mostra como os moradores viviam nos espaços da cidade, constituindo territorialidades no modo como se divertiam, trabalhavam e amavam. Busca ainda compreender como jornaleiros, operários, artistas, comerciantes, prostitutas, industriais, choferes, donas de casa, etc., usavam espaços e territórios da cidade de Campina Grande num período em que sua área central passava por um processo de reformas. Assim, o livro de Fábio Gutemberg de Sousa analisa o processo de transformações urbanas, mas na perspectiva do modo como estas foram vivenciadas pelos habitantes populares da cidade.

Acreditamos que uma outra maneira de adentrarmos o mundo urbano é sob um olhar que focalize o cotidiano dos trabalhadores escravistas no Brasil Imperial. Nesta perspectiva concordamos com a afirmativa de Fábio G. R. B. de Sousa, segundo o qual “há formas diversas de adentrar o que às vezes se denomina mundo do trabalho, classes trabalhadoras e camadas populares ou pobres urbanos”. (SOUSA, 2006, p.17) Isso nos conduz ao anseio de problematizar o meio citadino sob o olhar da cidade-escravista, em que a ação dos afro-descendentes, sob o jugo do cativo, e suas múltiplas formas de resistência contra a escravidão constituem o problema central. A cidade é um lugar de múltiplas práticas sociais, assim sendo é que podemos pensá-la enquanto vivência dos grupos étnicos submetidos ao regime de trabalho escravo. Estes foram agentes históricos importantes que constituíram seu modo de vida, a exemplo da formação de

famílias, e agiram para conquistar melhorias através de negociações, usando estratégias para diminuir as agruras do cativo e até buscando formas diferentes para sair da condição de cativo.

Desde a época colonial formaram-se no Brasil diversas sociedades escravistas que caracterizaram as “cidades negras”. Estas, conforme Juliana Barreto de Farias, se constituíram com a presença da população negra, incluindo os escravizados, os africanos, os pardos e os pretos livres. As chamadas cidades negras, como nos mostra a historiadora Juliana Barreto de Farias, “não eram só números. Tinham suas próprias identidades, reinventadas cotidianamente”. Com esta afirmativa a autora nos chama atenção para o fato de que não é apenas o aspecto quantitativo que caracteriza a “cidade negra”, mas, sobretudo, pelas vivências da população negra na cidade forjando identidades para um território.

As cidades negras brasileiras tiveram sua formação no contexto da América Portuguesa, conforme demonstra a historiadora Sílvia Hunold Lara no seu livro “Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa”. Obra em que a autora tem como preocupação central demonstrar o papel fundamental que teve a população escravizada e a presença de homens de cor na constituição de uma sociedade hierarquizada como a que se formou na América Portuguesa. Para manter e exercer o poder nessa sociedade hierarquizada as autoridades coloniais encontraram no espaço urbano um território privilegiado para exercício do poder e, por conseguinte, o controle da população sob domínio escravocrata. No referido livro, destacamos para nossa análise, o capítulo terceiro intitulado “A multidão de pretos e mulatos”, onde Silvia Hunold Lara demonstra que a cidade do Rio de Janeiro contava com uma crescente população de cor. Usando a expressão “um verdadeiro formigueiro de negros”, a historiadora enfatiza a forte presença de negros escravizados, bem como de mulatos livres ou libertos. Estes últimos levam à autora a considerar que “a sociedade colonial não pode mais ser analisada a partir do binômio que opõe senhores e escravos, ou da oposição simples entre brancos e negros”. (LARA, 2007, p.132) Estas são reflexões importantes para demonstrar que a presença de pessoas “de cor” não se dava apenas com as pessoas negras cativas. Sendo assim, naquela sociedade era necessário cada vez mais um maior exercício de poder e controle das autoridades coloniais a fim de reforçar um *status* de superioridade para a elite colonial.

Entre as estratégias de poder por parte da elite colonial estava a concessão de realização de festas próprias da população negra. No capítulo “Espetáculos negros”, Sílvia H. Lara avalia as festas de reisado encenadas pelos negros, considerando que para os brancos no poder elas significavam uma forma de controle sobre os escravizados. Além das festas, a prática de formação de irmandades religiosas tinha o duplo sentido de reforçar o domínio senhorial e diminuir as tensões do mundo escravistas. Mas apesar desse sentido senhorial, para os negros escravizados, sobretudo, as festas de coroação de reis e o pertencer às irmandades religiosas eram forma de conservar suas identidades e, principalmente, de estabelecer redes de solidariedades com os irmãos de cor.

O Rio de Janeiro era um dos principais centros urbanos do século XIX e um dos maiores centros escravistas das Américas. Talvez isso seja um fator que colaborou para que muitos historiadores se debruçassem sobre a escravidão naquela cidade. E um dos trabalhos pioneiros foi a pesquisa da historiadora norte americana Mary Karasch que resultou no livro “A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850”. Nesse livro, baseado numa gama de fontes primárias, há uma abordagem densa das nuances da vida dos escravos, tais como a heterogeneidade étnica de herança africana e a ampla circulação dos cativos pelo ambiente urbano, além do universo cultural e os diversos caminhos trilhados para alcançar a carta de alforria. As formas de resistência escrava não foram esquecidas pela historiadora, porém chama nossa atenção como ele constrói o espaço urbano do Rio de Janeiro, no século XIX, a partir da diversidade de ofícios empreendidos pelos cativos e cativas. No item “Carregadores e propriedade: as funções dos escravos no Rio de Janeiro” a historiadora afirma que na então capital do Brasil “havia apenas um papel apropriado para os cativos: realizar todas as atividades manuais e servir de bestas de cargas da cidade”, “além de serem a fonte de riquezas e do capital de seus donos”. (KARASCH, 2000, p.259) Os escravizados trabalhavam em ocupações como a de carregadores e almocreves (tropeiro, caixeiro, viajante) carregando mercearias e animais. Ao analisar esse tipo de ocupação dos escravos, a autora demonstra a herança africana nessas atividades, pois, conforme ela, o ofício de carregador era originário da África.

Dentro do grupo dos chamados carregadores havia uma diferenciação e até uma hierarquia. Alguns carregadores tinham uma posição social melhor, ou como diz Mary Karasch tinha “algum status”, a exemplo dos estivadores, carregadores de cargas na

zona portuária, e os chamados librés – transportadores de redes e cadeiras. Porém os “tigres”, escravos responsáveis pelo carregamento de lixo e dejetos humanos, tinham um status ou valor menor. Além desses, para o tráfego na baía da Guanabara havia os serviços dos escravos barqueiros e marinheiros, que eram fundamentais para o “comércio que se fazia por mar entre as cidades costureiras e em torno da baía”. (KARASCH, 2000, p. 268) Quando no Rio de Janeiro foi instalada as primeiras fábricas, no século XIX, o uso do trabalho escravo não foi renegado, constituindo na capital os chamados “cativos operários”. Mas o trabalho nas fábricas não era bem valorizado, pois, conforme Karasch, “era uma das ocupações de baixo status”. Igualmente considerado de baixo status era o trabalho compulsório nas pedreiras, posto que além de difícil fosse muito perigoso dinamitar pedras e carregar enormes blocos de pedra. Os serviços públicos na cidade eram efetivados com os ofícios dos cativos. As ruas do Rio de Janeiro eram varridas por mãos-de-obra escravas, já serviço de iluminação era garantido pelo trabalho dos escravos acendedores de lampião. Havia no Rio de Janeiro cativos que desempenhavam atividades especializadas, como era a situação dos escravos carpinteiros e pedreiros – ligados à construção – bem como os cativos alfaiates e costureiras – ligados ao vestuários das pessoas. Vendedoras ambulantes e criadas cativas nas casas dos senhores também faziam parte da realidade do mundo citadino. O amplo panorama gerado pela referida historiadora passou a ser referência nos estudos sobre escravidão no Rio de Janeiro, como vemos em outra obra de grande fôlego sobre o tema. Trata-se de “O povo de Cam na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX”, do historiador Luiz Carlos Soares. Esse historiador fez uma ampla pesquisa que abarca todo o século XIX, defendendo que na primeira metade daquele século fortaleceu-se a escravidão no Rio de Janeiro, mas na segunda metade houve uma gradual desagregação da instituição. Contudo, enquanto existiu escravidão, a presença do trabalho de homens e mulheres escravizados foi fundamental. Praticamente em todos os tipos de trabalho no Rio de Janeiro se fez uso da mão-de-obra de pessoas escravizadas. Pela leitura do livro de Luis Carlos Soares, a exploração do trabalho escravo pelos senhores marcou a cidade do Rio de Janeiro pela heterogeneidade de funções realizadas. Tão ampla foi a presença dos escravos quanto a vigilância sobre eles. Enquanto os escravizados se rebelavam de diversas maneiras (fugas, roubos, agressões, suicídios, capoeiragem, etc.) as estratégias de controle não

foram poucas. Além do controle senhorial mais imediato, foi relevante a ação do Estado para controlar, prevenir e punir reações dos escravos contra as opressões do sistema. Esse mesmo Estado cumpriu uma ação emancipacionista durante a segunda metade do Oitocentos através das leis emancipacionistas. As quais, de acordo com Luís Carlos Soares, juntamente com o movimento abolicionistas e as alforrias obtidas pelos escravos, contribuíram para o fim da escravidão no Rio de Janeiro.

Ainda há outros trabalhos interessados na história da população negra escravizada e suas vivências na cidade. Vejamos a obra “Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte”, cujo autor é o historiador Sidney Chalhoub. Neste trabalho o autor busca reconstruir as políticas cotidianas acionadas por homens e mulheres escravizados na busca por melhores condições de vida. Os escravos e escravas são tratados como personagens principais, com interpretações próprias a cerca do mundo em que vivem. Explorando processos judiciários, o autor contextualiza a Corte no século XIX como uma cidade marcada pelas relações pessoais e conflituosas entre senhores e escravos. Descortina para nós uma cidade que se constitui não somente pela presença negra escravizada. A cidade aparece para nós a partir dos movimentos dos negros escravos ou libertos. Especialmente no capítulo intitulado “Cenas da cidade negra”, Chalhoub aborda o Rio de Janeiro no contexto das importantes mudanças institucionais da segunda metade do século XIX, “revelando que as últimas décadas da escravidão na Corte foram anos de esperanças e de conquistas para os negros”. (CHALHOUB, 1998, p.180) Os escravizados agiam pela liberdade através das alforrias, repudiando castigos injustos e desmedidos, resistindo e interferindo nas vendas para locais que não desejam ir. Os escravos “não eram sujeitos da luta pela liberdade apenas quando resolviam fugir ou surrar um inimigo”. A Corte era “um município com mais de cem mil escravos” e essa grande população escrava, que diminuía na segunda metade do século XIX, gerava um problema ou uma ameaça para os senhores que “andavam sobressaltados com a ameaça de insurreições”. Era “uma cidade, em suma, cada vez mais negra e, naquela época ainda predominantemente africana”. (CHALHOUB, 1998, p.198)

O livro aborda algo até então não verificado que era a questão de pensar o significado da “liberdade” para os escravos. O que não se restringia ao fato de deixar de ser uma propriedade de um senhor, mas que poderia se constituir, por exemplo, na

liberdade de ir e vir pela cidade, de morar fora da casa do senhor, manter solidariedade com companheiros de cativo, viver “sobre si” distante da sujeição senhorial, morando longe do senhor e sendo responsável pelo próprio sustento ou até se passando por livre pela cidade. Estas são algumas nuances que a escravidão assumiu na Corte como resultado das determinações dos próprios escravos e também do “interesse dos senhores em extrair o máximo de seus investimentos em cativos, nas condições do mercado de trabalho no meio urbano”. (CHALHOUB, 1998, p.253) Em Chalhoub a “cidade negra” composta por milhares de escravos que despertam o medo entre os proprietários, se constitui através de movimentos e racionalidades, cujo sentido fundamental era buscar melhorias nas condições de vida, agindo por liberdade, “vivendo sobre si” longe do domínio senhorial, morando fora das casas dos senhores e alugando quartos em cortiços. Ele estuda a escravidão urbana discutindo como se esfacelava a “política de domínio característica da escravidão” e como as ações dos escravos fizeram “desmoronar os pilares da instituição do trabalho forçado”. (CHALHOUB, 1998, p.175-248)

A ideia de ampliar a noção do que era “liberdade” para os escravizados é uma característica relevante do livro de Chalhoub, o qual repercutiu na historiografia acerca do fim da escravidão no Brasil. Inclusive no trabalho de Marcus Carvalho, que ver a cidade de Recife centrada nos movimentos e ações dos escravizados naquela cidade da província de Pernambuco. No seu livro “Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850” o ponto de partida para o estudo da escravidão naquela cidade é o contexto histórico da primeira metade do século XIX. Nesta obra, o historiador citado mostra que naquele recorte cronológico Recife apresentava características comuns a outras cidades escravistas, tais como a presença de vendedores ambulantes, negros de ganho e de aluguel nas feiras e ruas, além da escravidão suntuária nas casas mais abastadas, escravos sapateiros, lavadeiras, padeiros, etc. No entanto, Recife tinha suas especificidades entre elas, a relação da cidade com as águas do rio Capibaribe que emolduraram o espaço urbano dos bairros da cidade, principalmente Recife, Santo Antônio e Boa Vista. A relação de Recife com as águas do Capibaribe era singular e o distinguia dos outros centros urbanos pelo próprio mundo do trabalho escravo, devido ao cotidiano dos escravos aguadeiros, as escravas lavadeiras e os escravos canoieiros. A presença desses cativos no cotidiano de seus serviços contribuiu para a organização e

funcionamento da vida no espaço urbano de Recife. Marcus Carvalho mostra que os escravos elaboravam estratégias de sobrevivência e resistência para melhorar a vida que tinham. O autor sustenta que a grande maioria dos escravos não virou quilombola, nem suicida. Para viver melhor os escravos podiam fingir ser forros pelas ruas, mudar de donos, conseguir alguém que lhe escondesse por algum tempo, etc.

No livro há um exame do centro urbano escravista do Recife, como a relação da cidade com as águas do rio Beberibe, outro importante veio fluvial da localidade, e seus usos pelos negros escravos canoieiros, categoria singular entre os escravos da cidade. Estes teciam relações com pessoas que moravam longe dos senhores, teciam malhas de solidariedades para ajudarem cativos e justamente por isso eram vigiados com especial rigor. Recife era - na primeira metade do século XIX - uma cidade que se urbanizava, conquistava o campo e que 31% dos seus habitantes eram escravos. Estes trabalhavam numa diversidade de atividades profissionais que requeriam mobilidade. Então, “o ar da cidade cheirava a escravidão”. E nesse espaço urbano os escravos avaliavam e decidiam sobre as alternativas possíveis para direcionar suas ações e conquistar autonomia.

É nesse sentido que Carvalho fala de liberdade, ou seja, da perspectiva dos próprios escravos. A maneira de Sidney Chalhoub, para Carvalho o espaço urbano era usado como esconderijo para os que fugiam dos engenhos em busca de melhores dias ou como via de contato para aqueles que formavam o principal quilombo de Recife – o quilombo de Malunguinho. Além das fugas - que poderiam ocorrer com diversas finalidades - o autor tematiza a resistência dentro do contexto das rebeliões que convulsionaram o Recife. E aí Carvalho inova ao abordar as sedições ocorridas na província de Pernambuco sob o viés da participação dos escravos.

Ao estudar experiências históricas das pessoas escravizadas o autor mostra o que entende por liberdade: “é um processo de conquistas, [...] um caminho a ser percorrido, e não uma situação estática e definitiva. Não existe, portanto, liberdade absoluta”. (CARVALHO, 2002, p. 214) E o que era liberdade para o cativo engendrava-se na sua própria experiência, como a experiência de pertencer a um agrupamento estabelecendo laços de solidariedade entre si e se ajudando mutuamente.

Outro passo fundamental no caminho da liberdade eram as alforrias. Ao conseguir a alforria o caminho não estava todo percorrido, pois o risco de reescravização existia. Afinal, antes de 1871 a alforria poderia ser revogada. O liberto

tinha que defender a sua condição. Os escravos percebiam a fragilidade da alforria “sabiam que alguns limites e controles continuavam”. (CARVALHO, 2002, p.252)

Mentir era também instrumento de resistência escrava. Desta forma, compreendiam os cativos que mudavam de nome quando estavam longe do senhor. Realizavam trabalhos independentes na cidade para acumular dinheiro com seus serviços e não entregava ao senhor, dizendo que era para comprar a alforria. Fugindo de interpretações que coisificavam os escravos ele mostra a criatividade dos cativos rompendo a desumanização, criando estratégias de sobrevivências e de luta nas condições específicas do espaço urbano.

Da mesma maneira é a tônica do livro “O feitor Ausente” de Leila Mezan Algranti, segundo a qual o trabalho escravo foi inicialmente empregado no campo, porém expandiu-se com facilidade para a cidade. A escravidão que se desenvolveu nas cidades distinguiu-se daquela no mundo rural, todavia os escravos desempenharam papel fundamental nos dois ambientes. Para Leila Algranti, uma das diferenças entre o cativo urbano e o rural é a quantidade da propriedade. A pequena propriedade caracterizou a posse de escravos na cidade, ao contrário do que se verificava no meio rural. Mas essa é uma ideia discutível, pois na zona rural também havia pequenos e médios plantéis. Conforme Algranti, outra peculiaridade era o trabalho dos escravos ao ganho, estes usufruíam de liberdade no cativo quando conseguiam viver longe dos seus senhores, vivendo sobre si, diferentemente das restrições das fazendas. Além desses aspectos, o escravizado na cidade conseguia ampliar suas redes pessoais com companheiros de cativos ou com pessoas livres. Ao discordar de autores que pensam o campo como lugar do trabalho compulsório e a cidade lugar de trabalho livre, Leila Algranti argumenta que “numa economia escravista, as cidades só poderiam ser escravistas, cidade e campo interagem num sistema único e não podem ser separados”. (ALGRANTI, 1988, p.6) Quando se refere à decadência da escravidão no ambiente citadino, a autora defende que este processo “só pode ser compreendido no conjunto de desarticulação do sistema escravista como um todo”, sem esquecer os abalos que minaram o sistema e o levou à extinção. E não foram poucos os abalos ao sistema escravista ocorridos no recorte temporal posto em foco pela historiadora. As relações estabelecidas pelos escravos no meio urbano e as múltiplas formas de resistência escrava abalaram os alicerces do sistema. A cidade escravista não se restringe ao

cotidiano do mundo do trabalho e da produção, mas a partir do trabalho e da produção outras relações eram forjadas e, assim, o espaço urbano vai se constituindo num conjunto de sociabilidades. Entra as estratégias de sociabilidades presentes nas cidades escravistas estavam à realização das festas das quais participavam escravos, livres e libertos no Brasil Oitocentista.

O historiador Carlos Eugênio Líbano Soares abordou esse aspecto do mundo escravista em “Festa e violência: os capoeiras e as festas populares na Corte do Rio de Janeiro (1809-1890)”, onde mostra que o lúdico compunha a vivência escrava na capital do Brasil. Entretanto, o autor apresenta a festa como “momento em que o lúdico pode dar lugar ao político, ou, em outras palavras, que a brincadeira degenerasse em crítica, mesmo velada, aos donos do poder”. Os folguedos e as festas das irmandades religiosas da população negra escravizada proporcionam para aquelas pessoas um momento de alívio das agruras de cativo, porém para os senhores escravocratas significavam um alívio para o sentimento de revolta da massa cativa. Nos festejos de ruas frequentados pela população negra escravizada, e outros grupos sociais, contava-se com a presença dos grupos de capoeira, também chamados maltas de capoeiras, compostos por escravos urbanos que andavam armados e dando “golpes marciais”, amedrontavam a população branca pelas ruas da cidade e, por isso, estavam constantemente sob vigilância policial.

Todavia, as festas das pessoas cativas ou libertas não eram exclusivas da Corte. Na cidade da Parahyba, capital da província da Paraíba, no século XIX, as festas integravam a cultura de cativos e libertos e associavam-se a vida no espaço urbano. As festas negras na Paraíba foi objeto de reflexão por parte da historiadora Maria da Vitória Barbosa Lima na sua tese de doutorado intitulada “Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)”. Em sua pesquisa, a historiadora traçou um mapeamento das festas negras na Paraíba interpretando fontes como os documentos emitidos pelas autoridades administrativas que perseguiram as festas negras como os batuques, danças, entrudo, carnaval, além das festas patrocinadas pelas irmandades religiosas, a exemplo da festa de Reisado. A perseguição às festas negras era realizada pelas autoridades da Paraíba – sobretudo através daqueles que compunham as Câmaras Municipais - por considerá-las perigosas para a ordem e a moralidade públicas. Após caracterizar as festas negras na Paraíba a autora conclui que elas “não se concentravam apenas na periferia. Elas também conseguiam dominar áreas

centrais, e, portanto nobres da cidade”, muito embora as manifestações de festejos da população negra tivessem que se ajustar ao calendário dos festejos populares da comunidade e ao controle dos detentores do poder político e administrativo. (LIMA, 2010, P.60-80) Todavia, as constantes perseguições às festas negras se chocavam com a resistência de homens e mulheres negras, haja vista que elas conseguiram ser preservados e não suprimidas pelos que as perseguiram.

Enfim, podemos verificar que importantes cidades do Império brasileiro já foram tematizadas sob a ótica das relações escravistas que marcaram a sociedade no contexto de vigência da escravidão no Brasil. As cidades aqui citadas não foram as únicas marcadas pelas relações e tensões entre escravos e senhores. As atuais preocupações historiográficas têm produzido um despertar pelo interesse em problematizar a história da população negra em diversas partes do Brasil. Um dos objetivos é valorizar as experiências daqueles que durante anos foram relegados pela história mais tradicional. Finalmente, podemos vislumbrar nesta breve análise acerca da historiografia das cidades escravistas, que o espaço urbano não era apenas território da vida de uma elite social, pois a história das cidades se forjou pela história da população escravizada, tanto no universo do trabalho como em outros aspectos da vida humana.

Referências bibliográficas:

ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente:** estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1822). Petrópolis: Vozes, 1988.

CARVALHO, M. J. de. **Liberdade:** rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FARIAS, Juliana Barreto. et alii. Números e Pessoas. In: _____ **Cidades Negras:** africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006, p. 9-14.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro. (1805-1850).** Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

LARA, Sílvia Hunold. **Fragmentos Setecentistas:** escravidão, cultura e poder na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.126-218.

LIMA, Maria Vitória Barbosa. **Liberdade interdita, liberdade reavida:** escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX). Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

SOARES, Luís Carlos. **O “povo de Cam” na capital do Brasil:** a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: Faperj - 7Letras, 2007.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Festa e violência: os capoeiras e as festas populares na Corte do Rio de Janeiro (1809-1890). In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). **Carnavais e outras f(r)estas:** ensaios de história social da cultura. Campinas: UNICAMP, 2002, p. 281-310.

SOUSA, Fábio G. R. B. de. **Territórios de confronto:** Campina Grande, 1920-1945. Campina Grande: EDUFCG, 2006.